

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANNA BEATRIZ MONTEIRO VIEIRA

“Brexit: como o voto dos ‘deixados para trás’ mudou o Reino Unido”

SÃO PAULO
2023

ANNA BEATRIZ MONTEIRO VIEIRA

Brexit: Como o voto dos “deixados para trás” mudou o Reino Unido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo como pré-requisito
para a obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Kai Enno Lehmann

SÃO PAULO

2023

RESUMO

VIEIRA, Anna Beatriz Monteiro. **Brexit: como o voto dos ‘deixados para trás’ mudou o Reino Unido**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Analisa-se quais foram os fatores que levaram ao Brexit e busca-se avaliar quais são e quais serão os impactos sentidos pelo Reino Unido e pela União Europeia após a saída britânica do bloco europeu. Dessa forma, com o objetivo de realizar um balanço sobre as principais discussões existentes sobre um tema e, ao final, concluir como e quanto cada um dos atores envolvidos serão afetados, a metodologia utilizada é a revisão de literatura. Primeiramente, apresenta-se algumas características sobre a população britânica e sobre o contexto econômico e político que levaram ao voto *Leave*. Na segunda parte, discorre-se sobre as consequências sentidas em diversos âmbitos - políticos, securitários, econômicos, entre outros - após a saída britânica. Ao final, se tornará possível entender por que o Brexit foi um processo negativo para o Reino Unido e por que este se colocou em um caminho de grandes problemas futuros.

Palavras-chave: Brexit. Reino Unido. União Europeia. Relações Internacionais. Multilateralismo.

ABSTRACT

VIEIRA, Anna Beatriz Monteiro. **Brexit: como o voto dos ‘deixados para trás’ mudou o Reino Unido.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This work analyses what were the factors that led to Brexit and seeks to assess what are and what will be the impacts felt by the United Kingdom and the European Union after the British exit from the European bloc. Thus, with the aim of taking stock of the main existing discussions on this topic and, in the end, concluding how and how much each of the actors involved will be affected, the methodology used is the literature review. First, some characteristics of the British population and the economic and political context that led to the Leave vote are presented. In the second part, it discusses the consequences felt in various areas - political, security, economic, among others - after the British exit. In the end, it will be possible to understand why Brexit was a negative process for the United Kingdom and why it put itself on a path of great future problems.

Keywords: Brexit. United Kingdom. European Union. International Relations. Multilateralism.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade de São Paulo por ter me oferecido ótimas oportunidades e por ter sido essencial no meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

Agradeço ao meu orientador, Kai, por todas as aulas que me motivaram a pensar no tema deste trabalho e por ter me ajudado em todo o processo de construção e escrita.

Agradeço aos meus amigos, Isabela, Mariana, Tomás, Vitor e Yasmin, por terem vivido todos os anos da graduação ao meu lado e por terem se tornado a minha família em São Paulo.

Agradeço ao meu avô, Sergio, por sempre ter feito tudo por mim e à minha avó, Lúcia, que é o meu anjo da guarda.

Por fim, agradeço à minha mãe, Alessandra, por ser o meu porto seguro, por me incentivar, me ensinar e me acolher todos os dias. Sem ela, eu não teria chegado até aqui.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Desenvolvimento.....	8
I. Por que o Reino Unido saiu da União Europeia.....	8
I.I. O contexto da sociedade britânica.....	8
I.II. As campanhas <i>Leave</i> e <i>Remain</i> e o voto final.....	13
II. Consequências do Brexit.....	18
II.I. Opinião Pública.....	18
II.II. Defesa e Segurança.....	21
II.III. Influência Internacional.....	24
II.IV. A economia.....	25
II.V. A imigração.....	28
II.VI. O acordo de Comércio e Cooperação.....	32
Conclusão.....	35
Referências.....	36

INTRODUÇÃO

O multilateralismo, que teve os seus momentos de fortalecimento e ascensão no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e pós Guerra Fria, hoje passa por uma forte crise, na qual importantes atores estão saindo das organizações internacionais (OIs) que faziam parte, a extrema-direita e seu discurso nacionalista ganham cada vez mais espaço, questiona-se a real efetividade das OIs em lidar com crises e facilitar a resolução de problemas ou controvérsias, e cogita-se, entre *policy makers* e acadêmicos, o remodelamento da ordem global que vigorou durante as últimas décadas e direcionou estratégias de cooperação. Como um dos produtos mais relevantes de tal cenário de turbulência, o Brexit se mostrou e ainda se mostra um processo extremamente complexo e com consequências políticas e socioeconômicas negativas, sobretudo, para o próprio Reino Unido.

O presente trabalho analisará o Brexit com o objetivo de entender quais foram os motivos que levaram a população britânica a votar pela saída do Reino Unido da União Europeia e quais são os impactos previstos - em termos reputacionais, securitários, políticos, econômicos e sociais - do processo em questão para o Reino Unido e para a União Europeia (UE), sendo que a hipótese inicial é que o primeiro será afetado de forma mais aguda e negativa do que o segundo. Mais além, busca-se mostrar que o Brexit foi a simplificação de um problema muito mais profundo e complexo, na qual a globalização tem o papel central e que não será resolvido com a retirada britânica do bloco europeu.

A metodologia utilizada para analisar a conjuntura por trás do voto do Reino Unido e os seus impactos subsequentes é a revisão de literatura, uma vez que ela torna possível a apresentação das principais discussões acadêmicas relativas ao tema. A fim de criar uma narrativa coesa e adequada, o desenvolvimento será dividido em duas seções: I. Por que a decisão de sair da UE ganhou o referendo britânico e II. Consequências do Brexit para as partes envolvidas. Assim, ao final, será possível fazer um balanço de como o Brexit afetou e ainda vai afetar a Grã-Bretanha e a União Europeia.

O foco da primeira parte é destrinchar os fatores que justificaram a decisão da população britânica de deixar a União Europeia, sendo que alguns, como a dúvida sobre o pertencimento europeu e sobre a existência de uma identidade europeia entre os cidadãos do Reino Unido são de longa data. Ao mesmo tempo, se analisará como alguns outros pontos relacionados às experiências vividas nas últimas décadas, como a Crise de 2008 e o crescimento da imigração, influenciaram fortemente o voto pelo Brexit. Além disso, busca-se explicar quais

foram os argumentos mobilizados por cada campanha (*Leave* e *Remain*) e evidenciar qual é o entendimento final da forte divisão e crítica social intrínseca ao Brexit.

Já na segunda parte, serão aprofundados alguns temas bastante relevantes para o Reino Unido e para a União Europeia no contexto pós-Brexit, indicando de que formas suas respectivas políticas securitárias, influências no sistema mundial e economias, por exemplo, podem ser afetadas. Aqui, aparecerão discussões interessantes sobre o papel que o desempenho da Grã-Bretanha nos próximos anos e décadas terá na formulação de opinião sobre a membresia no bloco europeu, sobre as novas regras de imigração no Reino Unido e como elas podem ser vistas como contraditórias e sobre a homogeneidade, ou não, dos impactos que serão sentidos pela população no território britânico.

Ademais, a fim de esclarecer a maneira com que o termo relevante para este trabalho será utilizado, vale uma breve definição. A ordem liberal internacional, mencionada também como ordem multilateral, multilateralismo ou apenas ordem liberal ou ordem internacional, diz respeito ao cenário político e econômico construído pós Segunda Guerra Mundial e caracterizado pela cooperação entre países através de organizações internacionais - como a Organização das Nações Unidas e seus diferentes órgãos, a OTAN e a OMC - a fim de, simultaneamente, criar uma conjuntura global pacífica e fomentar os respectivos crescimentos e desenvolvimentos.

DESENVOLVIMENTO

I. POR QUE O REINO UNIDO SAIU DA UNIÃO EUROPEIA

A presente seção se debruçará sobre o tema do referendo realizado em 2016 e demonstrará quais foram os principais fatores e circunstâncias que levaram à decisão dos britânicos de votarem para a saída do Reino Unido da União Europeia. Serão analisados o contexto geral europeu do momento em que a votação aconteceu, quais foram os argumentos mais relevantes mobilizados por cada um dos lados envolvidos (*Leave* e *Remain*), e a divisão entre diferentes grupos econômicos e sociais que, como será mencionado, adotaram posições antagônicas. Aprofundando um pouco mais este último tópico, será mencionado também como a globalização e o projeto de desenvolvimento contribuiu para tal divisão social e, assim como aconteceu no Reino Unido e culminou na sua retirada do bloco, pode simbolizar uma ameaça para a estabilidade de outras iniciativas multilaterais e da ordem liberal internacional como um todo.

I.I. O contexto da sociedade britânica

Desde o começo do projeto europeu, com a fundação do Mercado Comum em 1958, a União Europeia ganhou muito mais membros do que perdeu, uma vez que fazer parte do bloco era bastante atrativo para os países que queriam reconstruir ou fomentar suas economias. Entretanto, já em 1975 o Reino Unido demonstrou uma certa hesitação em relação a sua membresia, quando foi realizado o primeiro referendo sobre a participação na UE. O resultado deste acabou sendo favorável e o status quo foi mantido, porém, 41 anos depois, os britânicos votaram novamente e o resultado do referendo causou em um grande golpe à integração europeia (Curtice, 2017).

No que tange às teorias que explicam as motivações gerais que levaram os eleitores a escolher entre Ficar ou Sair da União Europeia, algumas perspectivas podem ser consideradas. A primeira está conectada ao senso de identidade dos indivíduos, sendo que aqueles que se sentem mais europeus tendem a votar à favor da UE, enquanto aqueles que sentem uma maior identificação com a sua nacionalidade específica tendem a ver o bloco como uma limitação ilegítima ao poder de suas nações e, por isso, votam contra o projeto europeu. Vale ressaltar que este último argumento pode ser acentuado com a livre circulação de pessoas e o consequente nível de imigrações, uma vez que esse segmento de eleitores veem tal cenário como ameaçador para a prosperidade de seus Estados (Carey, 2002; Curtice, 2017; Hooghe & Marks, 2009; McLaren, 2002; Sides & Citrin, 2007)

A segunda perspectiva está ligada a um aspecto mais material e aponta que o apoio individual à União Europeia depende do quanto a participação no bloco contribui, ou não, para que os objetivos e interesses pessoais, sobretudo econômicos, sejam alcançados. Assim, aqueles que estão em uma posição econômica e profissional propícia para aproveitar os benefícios da UE, geralmente os que possuem mais habilidades técnicas valorizadas no mercado, são a favor da membresia de seus países. Além disso, o apoio também tende a ser maior dentre os países que se beneficiam com o acordo em termos fiscais e comerciais. Percebe-se, então, que a avaliação do eleitor sobre os benefícios instrumentais do bloco e sobre como ele favorece a condição econômica de seu país, bem como a sua própria, são extremamente relevantes (Anderson & Reichart, 1996; Carruba, 1997; Curtice, 2017; Gabel, 1998; McLaren, 2004).

Com base nesses fatores, é possível notar que as pessoas agem de acordo com o sentimento e a avaliação que elas têm em relação à organização em si. Porém, uma vez que a União Europeia é uma instituição relativamente distante, a formação de opiniões sobre a

eficácia e a qualidade de seu funcionamento dependem de medidas *proxy*, ou seja, a “extrapolação” da percepção que se tem sobre o governo nacional ou sobre o nível de democracia no país para o bloco como um todo. Ademais, as opiniões veiculadas pelas elites e/ou pelo partido do qual o indivíduo faz parte também influenciam na forma com que as visões serão estruturadas (Curtice, 2017).

Ao trazer os pontos mencionados acima para o caso específico do Reino Unido, verifica-se que as dificuldades econômicas vivenciadas pela UE como um todo, os altos níveis de imigração e a falta de identidade europeia, bem como a forma com que os defensores da saída e os defensores da manutenção do Reino Unido na União Europeia veicularam tais argumentos para atingir adequadamente o seu público alvo, contribuiu para que os britânicos tenham demonstrado um baixo apoio ao projeto europeu (Curtice, 2017).

No que tange à economia, o referendo de 2016 ocorreu durante o período em que os países estavam se recuperando da crise de 2008 e, por mais que a economia do Reino Unido tenha conseguido voltar a um bom funcionamento rapidamente, alguns países da Zona do Euro, como a Espanha e a Grécia, enfrentaram fortes dificuldades. Como argumentado por Curtice (2017):

This very different economic history made it more difficult than it had been in 1975 to portray the EU as an economic success. Rather it might be regarded as an example of the troubles brought about by a globalized financial system that, given the experience of the financial crash of 2008, also seemed to be out of control.

Ann Pettifor (2016) traz, inclusive, uma relação de proximidade bastante interessante entre a crise financeira de 2008 e a saída do Reino Unido da União Europeia, que vale ser analisada. De acordo com a autora, quando os mais de 17 milhões de britânicos escolheram sair da UE, rejeitando os conselhos de muitos economistas renomados e de várias instituições influentes, a fragilidade e a futilidade da ambição de construir mercados além do alcance da democracia reguladora foram expostas. O resultado dessa decisão ameaça o papel, até então central, da *City of London* na globalização e financeirização da economia mundial.

A crise de 2008 teve seu início no ‘*debt nation*’ day, em 9 de agosto de 2007, quando o sistema interbancário ao redor do globo congelou e, desde então, a ideologia da globalização e a realidade econômica do liberalismo financeiro se enfraqueceram. Consequentemente, a primeira abriu espaço para uma oposição de caráter populista, nacionalista e protecionista nos Estados Unidos, na Europa e em muitos mercados emergentes. Já a segunda passou por uma

grande redução à medida que os fluxos financeiros foram domesticados e os fluxos comerciais se contraíram (Pettifor, 2016).

Em decorrência do Brexit, a diminuição dos fluxos de capitais que passam pela *City of London* tende a se agravar, sendo que tal cenário foi retratado no Financial Times de 18 de Agosto de 2016, o qual indicou que o maior medo de grandes figuras da Cidade é que os serviços financeiros possam enfrentar um *cliff-edge moment* se o Reino Unido deixasse a União Europeia sem um acordo comercial em vigor, cortando o acesso dos banqueiros ao mercado único da noite para o dia (Arnold e Binham, 2016).

O modelo econômico que alimentou a crise permaneceu intacto após 2009, apenas com alguns ajustes nas margens do sistema bancário, resultando na dificuldade dos políticos - que se opõem às iniciativas expansionistas necessárias para garantir o emprego e a recuperação - de estabilizarem um sistema financeiro global desbalanceado, o que adiou a reestruturação essencial da economia global. Ao votar pela saída da UE, o povo britânico rejeitou essa vertente econômica defeituosa, sobretudo a narrativa dominante do liberalismo financeiro, visto que foi responsável, mesmo que indiretamente, pelas dificuldades enfrentadas por muitos: repressão dos salários, diminuição dos serviços públicos, aumento dos custos de moradias e desemprego (Pettifor, 2016).

Partindo para um outro fator extremamente relevante para se entender o Brexit, nota-se que imigração sempre foi uma fonte de preocupação no projeto de integração europeia, tendo em vista as consequências econômicas, sociais e culturais que ela poderia acarretar para os países membros.

Migração Internacional no Reino Unido, a longo prazo (2000-2015)

Ano	Entrada (milhares)	Saída (milhares)	Balanço Líquido
2000	479	321	+158
2001	481	309	+179
2002	516	363	+172
2003	511	363	+185
2004	589	344	+268
2005	567	361	+267
2006	596	398	+265

2007	574	341	+273
2008	590	427	+229
2009	567	368	+229
2010	591	339	+256
2011	566	351	+205
2012	498	321	+177
2013	526	317	+209
2014	632	319	+313
2015	631	299	+332

Fonte: UK Office for National Statistics Long-Term International Migration Estimates. Disponível em:

<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/datasets/longterminternationalmigrationcitizenshiptable201a>

Com base nos dados acima, nota-se que a imigração aumentou de maneira considerável nos últimos anos e, por mais que a maioria dos imigrantes sejam de fora da União Europeia, a instituição ainda foi criticada por contribuir para um nível descontrolado de imigração e, consequentemente, para um aumento de pressão nos serviços públicos (Curtice, 2017).

Paralelamente, desde o início da participação do Reino Unido na União Europeia, poucos de seus cidadãos abraçaram o projeto europeu - como pode ser observado a partir da pesquisa conduzida pela Eurobarometer, na qual os indivíduos foram indagados sobre a sua identificação no futuro próximo. De maneira geral, verifica-se a preferência pela identidade estritamente britânica, em detrimento da identidade britânica e europeia, europeia e britânica e somente europeia.

Identidade Britânica/Europeia no Reino Unido (2005 - 2016)

Data	Somente Britânica (%)	Britânica e Europeia (%)	Europeia e Britânica (%)	Somente Europeia (%)
Oct. 2005	63	31	1	1
May 2010	70	24	2	2

May 2012	60	33	2	2
May 2013	60	33	2	2
May 2014	64	30	1	1
May 2015	64	31	1	1
May 2016	62	31	1	1

Fonte: Eurobarometer. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/gridChart//themeKy/41/groupKy/206/savFile/112>.

Como consequência dos fatores citados, a conjuntura em que o referendo foi realizado não estava favorável para aqueles que defendiam a manutenção do Reino Unido na União Europeia. A falta de comprometimento e identificação britânica com o projeto europeu fez com que a permanência no bloco dependesse de uma balança racional entre custos e benefícios. Nesse sentido, o alto nível de imigração e uma situação econômica questionável fez com que os eleitores sentissem que, naquele momento, os custos estavam sobrepondo os benefícios (Curtice, 2017).

I.II. As campanhas *Leave* e *Remain* e o voto final

Os defensores da saída do Reino Unido da União Europeia argumentaram que os imigrantes eram responsáveis por roubar trabalhos e por diminuir os salários, assim como diziam que o aumento no número de imigrantes drenava os serviços públicos e prejudicava as relações com os nativos. Considerando que a livre circulação de pessoas é um fator intrínseco às leis do bloco europeu, acreditava-se que a retirada seria a melhor maneira de frear esse fluxo. Ademais, outros fatores econômicos também foram bastante mobilizados pela campanha do Brexit, como a crise financeira de 2008, que levou a UE à estagnação e diminuiu as esperanças de um futuro benéfico atrelado à continuação de membresia (Chang, 2018).

As baixas taxas de crescimento vividas pela União Europeia desde a crise fez com que o comércio entre o Reino Unido e o bloco diminuísse quando comparado ao volume comercial total ao longo dos anos, o que inspirou a ideia de aumentar a quantidade das trocas com outros parceiros. A campanha *Leave* utilizou, também, o argumento de que a UE, por ser uma coalizão de comércio regional, inibiu o desenvolvimento e a expansão do comércio global. Tal ponto

teve maior visibilidade no tema da agricultura, onde as políticas europeias causaram grandes problemas para o crescimento agrícola nos países em desenvolvimento. (Chang, 2018). Além disso, os defensores da saída enfatizaram a questão das transferências fiscais e mencionaram que o custo semanal de £350 milhões que o Reino Unido tinha por apenas estar no bloco, poderia ser gasto no serviço de saúde pública, o que é sempre bem visto pela população (Curtice, 2017).

Em relação à questão da imigração, os defensores da manutenção do Reino Unido na União Europeia apontaram que, na verdade, ela promovia o crescimento econômico na região, uma vez que os migrantes tendem a ser jovens e a terem um emprego. Nesse sentido, eles acabam contribuindo para as finanças públicas mais do que eles recebem. Adicionalmente, foi mencionado que a Grã-Bretanha tem mais imigrantes originários de países fora da UE do que de países membros e que, de acordo com um estudo do Financial Times (2017), não existe nenhuma comprovação empírica de que a imigração reduz os salários. De forma a apresentar uma oposição, o *Bank of England* encontrou um pequeno impacto no grupo de trabalhadores que recebem um salário mais baixo, indicando que um aumento de 10% na porcentagem de imigrantes pouco qualificados reduziram os salários deste setor em 2%. Entretanto, entre 2008 e 2015, o aumento da imigração vinda do bloco europeu aumentou somente 2%, o que sugere que a redução nestes salários foi de 0.4% no período (Chang, 2018).

Alguns integrantes da campanha *Remain* argumentaram que a entrada de trabalhadores altamente qualificados causa, na verdade, um aumento no salário geral e trouxeram visibilidade ao fato de que algumas indústrias - como a de engenharia, saúde e hospitalidade - precisam fortemente de imigrantes (Chang, 2018). Opostamente, a campanha *Leave* defendeu que a livre circulação de pessoas e a imigração europeia fizeram com que o Reino Unido tivesse menos controle sobre quem entrava para morar e trabalhar em seu território, bem como o expôs a uma ameaça terrorista, munindo o seu argumento central de que, para reconquistar a soberania, as decisões deveriam ser tomadas em Londres e não em Bruxelas (Curtice, 2017).

O grupo a favor da manutenção britânica na União Europeia trouxe, adicionalmente, a importância de perceber que a União Europeia é o maior mercado importador de produtos do Reino Unido e também o seu maior exportador de mercadorias e que, ao sair do bloco, o volume do comércio bilateral iria diminuir, causando danos para os setores exportadores de ambos os lados e aumentando o preço dos importados. Entretanto, além de evitar o cenário mencionado, ao ficar na UE, a Grã-Bretanha poderia continuar recebendo empresas globais que querem se instalar em seu território e vender para outros Estados membros sem a cobrança de impostos. Dessa forma, com o grande mercado europeu à sua disposição, o Reino Unido poderia

continuar aproveitando a expansão de indústrias nas quais tem vantagens comparativas, como a de serviços financeiros (Chang, 2018). Foi trazido, também, o fato de que sair da União Europeia poderia prejudicar a colaboração com as polícias e agências de inteligência dos outros países, aumentando o risco de terrorismo (Curtice, 2017).

Por último, houve um alerta de que o Brexit poderia acabar quebrando o Reino Unido, considerando que o governo escocês estava se movimentando para realizar um segundo referendo em relação à independência. Outrossim, existia o risco de que a saída do Reino Unido desencadeasse movimentos nacionalistas, anti-*establishment* e anti-imigração em muitas democracias mundiais, além de colocar em risco a ordem liberal internacional construída pelos líderes estadunidenses e europeus desde a Segunda Guerra Mundial, ainda mais em um cenário com ameaças vindas da Rússia e do Estado Islâmico (Chang, 2018).

No cenário pré-referendo, o resultado entre os eleitores foi de preocupação com a economia e com a influência do poder britânico no sistema global caso o Reino Unido saísse do bloco, uma vez que acreditava-se que elas seriam impactadas negativamente. Entretanto, a crença de que a imigração iria cair, de que a identidade britânica seria fortalecida e de que o parlamento nacional teria mais mais força e independência com a retirada do UK da União Europeia favoreceu a coalizão *Leave* (Curtice, 2017).

A decisão por votar a favor da saída ou da permanência na UE foi influenciada pelo que os britânicos consideraram como consequências instrumentais de cada uma das opções e, também, pelo seu senso de identidade. Um fato extremamente importante, porém, foi mencionado por Curtice (2017):

The outcome of the referendum was in fact determined by the votes of those who reckoned that leaving the EU would not make much difference either way – and rather than splitting evenly between the two camps, only around one in three of them voted to Remain. As a result, while voters' evaluations of the economic consequences of leaving the EU did play an important role in shaping how voters voted, in the event the issue did not play sufficiently strongly to the advantage of the Remain side to deliver it victory.

A campanha pela a manutenção do Reino Unido na União Europeia focou na economia, todos os atores mais importantes deste setor - vencedores do Prêmio Nobel, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a London School of Economics, entre outros - foram acionados para alertar os britânicos

fatos e possíveis consequências econômicas e o Financial Times, por sua vez, amplificou suas vozes e repetiu os alertas repetidamente. No entanto, os especialistas foram fortemente derrotados pelo resultado do referendo, uma vez que, embora seja verdade que a cooperação e a coordenação internacional são vitais para a atividade econômica e a estabilidade, não há base sólida para a “religião” econômica amplamente adotada de que os mercados devem ser separados da supervisão regulatória democrática e deve ser deixado para “governar” países, regiões e um continente inteiro. Assim, o voto britânico pelo Brexit explicitou a rejeição dessa economia *mainstream* e ortodoxa, um tipo de fundamentalismo que eles julgaram prejudicial para os seus próprios interesses. (Pettifor, 2016).

Isto se relaciona, com um outro ponto interessante relacionado à divisão social que se tornou evidente entre dois segmentos da população britânica. Enquanto os jovens profissionais, que receberam uma boa educação e se sentiam confortáveis com a membresia na União Europeia votaram a favor da permanência no bloco, os mais velhos, que receberam uma educação de menor qualidade e que foram prejudicados por algumas mudanças socioeconômicas votaram a favor da saída (Curtice, 2017).

Deborah Doane (2016) trouxe essa mesma discussão ao afirmar que o Brexit foi muito mais do que uma resposta à apreensão britânica ao medo da imigração e de um governo europeu distante - foi um ataque e uma resposta à globalização como um todo. A saída do Reino Unido da União Europeia, liderada sobretudo pela parcela menos qualificada e menos favorecida economicamente da sociedade, se relaciona com a política econômica liberal que favorece o comércio em detrimento das pessoas. Nesse sentido, a autora argumenta que tais pessoas foram deixadas para trás pelo processo de integração europeu e, quando perceberam a situação desfavorável em que estavam, votaram por uma alternativa que as favorecesse.

Em vista de tal situação, Doane (2016) aponta que o Brexit é uma história sobre uma Europa em declínio e sobre o desenvolvimento, o qual pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma parte do problema e como sua solução. Ao longo dos últimos anos, o projeto de desenvolvimento abraçou o modelo liberal e, por mais que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras agências de apoio não sejam responsáveis por acordos comerciais injustos e por salários baixos, elas aceitaram as dinâmicas da globalização e simplesmente colocaram uma face humana ao capitalismo. Dessa forma, a autora argumenta que foram ignorados os pontos que, no contexto analisado, se mostraram mais relevantes do que os salários, os empregos, a saúde e a educação: o poder e a política.

O slogan oficial da campanha britânica a favor da saída da UE foi “*Take back control*” e indica o sentimento compartilhado por pessoas ao redor de todo o mundo. A fim de garantir

um futuro de integração global e cooperação, o desenvolvimento precisa alargar sua definição de redução da pobreza, precisa abraçar a política e se redefinir como um confronto ao poder dos grandes atores. Caso contrário, o mundo se tornará ainda mais dividido, ainda mais pobre e o desenvolvimento terá realmente falhado (Doane, 2016).

De maneira similar, Pettifor (2016) argumenta que o voto do Reino Unido pelo Brexit foi uma manifestação popular do descontentamento com a sociedade globalizada e mercalizada. Os bordões “*Take Back Our Country*” e “*Brittania waives the rules*” representaram uma tentativa de redirecionar os mercados globalizados para os interesses da sociedade britânica. A autora diz que, como a Frente Nacional na França, o movimento liderado por Donald Trump nos Estados Unidos e outros fenômenos vistos na Espanha, na Polônia e na Itália, o Brexit representou o esforço coletivo dos “deixados para trás” na Grã-Bretanha de se proteger da natureza predatória do mercado fundamentalista.

Com base no que foi apresentado nesta seção, nota-se que as campanhas para a saída e para a manutenção da Grã-Bretanha na UE mobilizaram, principalmente, argumentos relativos à economia e à imigração, indicando como e porque deixar o bloco, ou permanecer como membro, respectivamente, seria a decisão que otimizaria os benefícios. Mais além, verifica-se que os fatores que levaram ao Brexit estão relacionados, sobretudo, à questão da (falta de) identidade europeia, a qual se faz presente entre os britânicos desde o início do projeto europeu e que se tornou ainda mais latente na última década. O voto pela saída, portanto, representou uma movimentação mundial em resposta aos efeitos negativos da globalização, que priorizou a economia e deixou as pessoas mais pobres em forte desvantagem. Nesse sentido, a compreensão do porquê o Reino Unido escolheu sair da União Europeia evidencia o descontentamento das pessoas mais vulneráveis, que não sentiam um forte pertencimento europeu, com as condições que lhes foram dadas pela integração europeia.

No entanto, existe um ponto extremamente importante que não foi discutido durante as campanhas e que, no desenrolar da história, acabou trazendo consequências desastrosas para o Reino Unido: a discussão sobre o que o Brexit significa/vai significar na prática. A tentativa de simplificar algo difícil - as relações do Reino Unido com a UE - em algo simples - *Take back control* - acabou colocando os britânicos em um caminho bastante negativo. Nota-se, portanto, que o Brexit foi uma tentativa simplificada de amenizar um problema com raízes muito mais profundas e complexas. Como será apresentado em seguida, a retirada prejudicou diversos âmbitos da conjuntura britânica e, ao que tudo indica, não resolverá as crises que estão por trás.

II. CONSEQUÊNCIAS DO BREXIT

Uma vez apresentada a conjuntura britânica que levou à saída do Reino Unido da União Europeia, a presente seção tem como objetivo analisar as consequências de tal retirada para as partes envolvidas. Passando por temas sociais, reputacionais, securitários, econômicos e políticos, serão analisados o que se espera como principais impactos para as duas partes envolvidas e, também, será possível entender de que forma eles podem atuar no delineamento de uma nova dinâmica de relacionamento entre os atores. Considerando que o Brexit é um processo e que, no momento de escrita deste trabalho, seus resultados ainda estão se desenrolando, não é possível avaliar de maneira definitiva quais foram/são as consequências. Dessa forma, serão mencionados, majoritariamente, os efeitos que foram apresentados ao longo dos últimos 6 anos e, após fazer um balanço de tais desdobramentos, será possível dizer, para cada uma das partes envolvidas, quais são as consequências esperadas. No entanto, ressalta-se que o resultado final da saída do Reino Unido da UE só será evidenciado no futuro.

II. I. A Opinião Pública

Apesar de ter passado por diversas crises desde a sua criação - como a crise do Euro, a crise dos refugiados e a crise do coronavírus - os fatores que levaram a tais adversidades foram, de maneira geral, externos. Já o Brexit, no entanto, foi um processo que nasceu internamente ao bloco europeu e, por isso, trouxe uma preocupação diferente para os outros Estados-membros. Sobretudo para as lideranças que apoiam a União Europeia, a saída do Reino Unido suscitou fortes apreensões de qual seria o efeito da retirada de um dos seus maiores integrantes na opinião pública e no apoio dos outros países à UE (Hobolt et al, 2021).

Hobolt et al (2021) argumentam em sua pesquisa que o Brexit serve às populações dos Estados-membros da União Europeia como um *significant 'benchmark' heuristic* ao moldar a avaliação que fazem sobre a participação no bloco. Dessa forma, compara-se os potenciais benefícios e custos entre permanecer no mercado comum ou ser um país não-integrante, agora representado pelo Reino Unido, e, conseqüentemente, o grau de apoio à membresia. Isso significa, portanto, que a influência do Brexit na opinião pública é variável e depende da percepção que os cidadãos têm sobre tal balanço de prós e contras. Os processos de negociações para a saída mostram que se desvincilhar da UE é extremamente complicado, o que gera um efeito de dissuasão. Entretanto, dependendo de como os diálogos se realizem e como a

economia britânica se consolide no futuro, o apelo que o Brexit pode trazer no futuro ainda é incerto.

No que diz respeito à formulação da opinião favorável ou contrária à participação na União Europeia, algumas abordagens podem ser citadas. De acordo com a visão utilitarista, tal posicionamento é resultado de uma análise individual dos prós e contras da membresia, sendo que o tema laboral é extremamente relevante. A ideia é que a liberalização do comércio favorece aqueles com um nível mais alto de capital humano (educação e habilidades profissionais) e salário, resultando em um maior apoio à integração europeia por partes destes. Uma vez que a remoção de barreiras torna possível que as empresas realoquem suas produções e local de contratações, os trabalhadores menos qualificados ficam menos protegidos e, conseqüentemente, menos favoráveis à UE (Hobolt et al, 2021). Nota-se que o estudo conduzido por Curtice (2017) e mencionado anteriormente demonstrou precisamente o argumento de que os fatores socioeconômicos estão se tornando cada vez mais importantes na determinação de apoio ao projeto europeu, visto que a população mais velha e menos capacitada do Reino Unido foi responsável pela grande maioria dos votos favoráveis à saída.

Vale mencionar que as evidências de como o apoio público é influenciado por fatores nacionais - como as transferências fiscais, o comércio e a economia mais fortalecidos ou não pela participação na União Europeia - são variados (Hobolt et al, 2021), o que indica que a opinião das pessoas sobre o saldo positivo ou negativo de seus respectivos países fazerem parte do bloco é motivada, principalmente, pelo efeito que isso tem em assuntos de suas vidas individuais.

Há diferentes teorias sobre como os cidadãos avaliam a política Europeia, sendo que algumas argumentam que, por falta de conhecimento suficiente sobre o funcionamento das instituições da União Europeia, os *proxies* nacionais - sobre os quais se tem mais informações diretas - são usados para formular opiniões gerais. Todavia, Sánchez-Cuenca (2000) argumenta que o contexto doméstico oferece um panorama de percepção inverso entre as instituições nacionais e europeias, fazendo com que aqueles que estão insatisfeitos com os sistemas nacionais estejam mais propensos a delegar a soberania para a UE, e vice-versa. De maneira geral, Hobolt et al (2021) apontam que a conjuntura doméstica, os países fora da União Europeia e os em processo de saída atuam como *benchmark* para o estado alternativo à membresia. Assim, as pessoas são mais favoráveis à ideia de sair do bloco quando as alternativas (e a possível performance das instituições e da economia doméstica) são vistas como melhores.

Em vista disso, foi possível verificar que, no contexto imediatamente após a realização do referendo de 2016, as incertezas econômicas e políticas que surgiram com o voto para a saída do Reino Unido atuaram como sinais fortes e concretos para os 27 membros restantes de quais seriam os custos e benefícios da retirada. Nesse sentido, a expectativa pessimista para o futuro britânico teve um efeito de dissuasão e aumentou o apoio à membresia entre os integrantes (Hobolt et al, 2021).

Após 3 anos de intensas e complexas negociações, Hobolt et al (2021) demonstraram em seu estudo que existe uma associação direta entre percepções positivas sobre o futuro do Reino Unido fora da União Europeia e um menor apoio à participação no bloco, bem como uma menor chance de votar para a permanência em um referendo hipotético no futuro. Também foi verificado que o grau de exposição da população de um país às consequências do Brexit também influencia a intensidade da preferência entre ficar ou sair da UE: nos países com economias mais próximas da economia britânica, a opinião que se tem sobre os frutos da retirada influencia mais intensamente o apoio/crítica à membresia do que em países menos conectados. Além disso, foi possível perceber que são as percepções que se tem sobre a saída do Reino Unido que influenciam o apoio à União Europeia, e não vice-versa.

Percebe-se, portanto, que, a depender do futuro britânico fora da UE, o Brexit pode atuar tanto como um fator de dissuasão como um fator de encorajamento para outros países no que diz respeito a sair do bloco europeu. Apesar de um acordo inicial ter sido alcançado entre as duas partes, as negociações relativas a como será o comércio, quais serão os termos e as regras, continuará. Assim, os riscos reputacionais para a União Europeia se encontram no grau em que as demandas do Reino Unido serão atendidas e, consequentemente, como o país irá se posicionar no sistema internacional. Por mais que uma relação de proximidade comercial entre os dois atores seja economicamente benéfica para ambos, há um grande risco reputacional para a UE, uma vez que um país com uma economia bem sucedida e maiores níveis de soberania pode diminuir o apoio à participação entre as populações dos seus Estados-membros (Hobolt et al, 2021).

Os cidadãos nunca conseguirão saber qual seria o resultado da situação contrária, ou seja, quão bem sucedido socioeconomicamente o Reino Unido se tornaria ainda com o status de integrante da União Europeia. No entanto, as percepções são o mais importante e, apesar de o Brexit não ter influenciado uma maior desintegração até o momento, um país membro emérito próspero pode acabar impulsionando o apoio para a saída de Estados participantes no futuro (Hobolt et al, 2021).

II. II. Defesa e Segurança

Um outro ponto extremamente importante a ser considerado quando se analisa o futuro da União Europeia e do Reino Unido diz respeito aos planos e objetivos de segurança do bloco, delineados na *European Union Global Strategy (EUGS)*. De acordo com Sven Biscop (2016), a cooperação militar entre os Estados membros é imperativa para que as medidas de defesa tenham um bom custo benefício e sejam efetivas, uma vez que espera-se que os governos europeus e a UE sejam capazes de lidar com os desafios securitários na região e em seu entorno. Em vista de tal cenário, bastante complexo, o autor argumenta que a possibilidade de cumprimento das diretrizes traçadas pelo documento, em 2016, se relaciona diretamente com o grau de diálogo e inserção que Londres terá com Bruxelas ao longo do tempo.

No que tange aos problemas em temas de segurança enfrentados pela União Europeia, o Brexit pode, a princípio, atuar como um facilitador, já que as contribuições do Reino Unido para as operações realizadas sob a *Common Security and Defense Policy* sempre foram limitadas e, em algumas instâncias, ele impediu que os outros integrantes utilizassem ao máximo as instituições do bloco. No entanto, a saída britânica pode complicar o processo de tomada de decisões estratégicas que determinam o desenvolvimento da capacidade das tropas e de suas operações. Considerando que a autonomia operacional desejada se traduz na habilidade da UE de agir sem os Estados Unidos, surge o questionamento sobre a inclusão do Reino Unido na *EUGS* e, em caso de participação britânica, como poderiam ser definidas a forma e o grau do seu envolvimento (Biscop, 2016).

Com o objetivo de contextualizar a relevância britânica nos assuntos de segurança, vale a indicação das quatro tarefas militares que a União Europeia precisa ser capaz de cumprir, com ou sem a ajuda estadunidense. A primeira é “Proteger o Estilo de Vida Europeu” e está relacionada às ameaças criminosas, internas e externas, sendo que a cooperação entre as agências de inteligência, civis e militares, dos países membros é crucial para tal proteção. Já a segunda diz respeito à contribuição para a resiliência das sociedades do Sul e do Leste e à manutenção da segurança na vizinhança por meio da força, quando necessário. Por envolver uma região vizinha bastante ampla, na qual o desenvolvimento das capacidades das tropas demanda um grande envolvimento, ela é bastante ambiciosa; entretanto, em caso de solicitação da ajuda da UE, esta deve ser capaz de atuar de forma adequada, em termos de números e de orçamento, e fazer diferença (Biscop, 2016).

A terceira tarefa é “Ajudar na manutenção do acesso saudável aos bens comuns globais” e envolve não somente as iniciativas de diplomacia multilateral, como também as contribuições

militares que a União Europeia pode dar, especialmente como um provedor de segurança marítima global. Assim, ao colocar todos os Estados membros sob uma mesma bandeira, aumenta-se a visibilidade de suas presenças marítimas e a presença geral da Europa no contexto internacional. Aqui, a Ásia aparece como uma região de destaque, uma vez que a UE busca, através das capacidades em questão, apoiar a arquitetura de segurança regional liderada pela ASEAN (Biscop, 2016). Nota-se, nesse sentido, um diálogo com o que foi apresentado por J.J. Welfens (2020), o qual indicou que uma cooperação entre UE e ASEAN pode ter um papel central no cenário pós Brexit.

Com um foco em temas econômicos e comerciais, diferentemente de Biscop (2016), J. Welfens (2020) aponta que uma nova aliança e a cooperação entre UE e ASEAN podem ter alta importância, uma vez que os países da organização asiática podem se beneficiar dos investimentos estrangeiros diretos vindos dos Estados Unidos, Reino Unido, União Europeia e China, uma vez que fortaleceria a formação de capital humano, acumulação de capital para pesquisa e desenvolvimento e as dinâmicas do mercado único da ASEAN. Em vista disso, as perspectivas para uma relação econômica mais próxima entre o bloco europeu e o asiático se tornam mais importantes.

Com o crescente progresso digital no mundo durante e depois da pandemia, o interesse da UE nas capacidades econômicas digitais dos países orientais pode aumentar. Vale ressaltar que, com o Brexit, haverá uma rivalidade entre a União Europeia e o Reino Unido nos países de interesse (J.J. Welfens, 2020). Assim, é imperativo que a UE esteja unida e coesa antes de explorar oportunidades de cooperação com outros poderes, sobretudo os não-democráticos. Uma nova relação com a China, por exemplo, pode ser bem-sucedida se a Europa estiver alinhada, entretanto, se ela estiver hesitante e dividida, Beijing entenderá como fraqueza e explorará tal condição a seu favor (Biscop, 2018).

Voltando às tarefas militares propostas para a União Europeia, por fim, a quarta e última é “Apoiar e complementar ainda mais a manutenção da paz promovida pela ONU”, fazendo com que os europeus precisem agir quando a Organização das Nações Unidas decidirem que regras foram quebradas. Nota-se que, ao considerar operações expedicionárias e o apoio à segurança interna, essas quatro diretrizes aumentam a responsabilidade das forças armadas da Europa. Assim, coloca-se em pauta a capacidade da União Europeia de atingir o atual Objetivo Central de implantar e sustentar, autonomamente, até 60.000 soldados por pelo menos um ano, visto que ainda há uma dependência dos facilitadores estratégicos e, em casos extremos, da reserva estratégica estadunidenses. A verdadeira autonomia militar europeia depende da habilidade de enviar tal quantidade de soldados acima das operações em andamento, bem como

da capacidade de garantir a disponibilidade de uma reserva estratégica em casos de emergência (Biscop, 2016).

Em vista disso, a reação inicial na conjuntura pós-Brexit foi de subtrair a contribuição britânica e diminuir o Objetivo Central, no entanto, ele deve se manter viável para os Estados membros restantes. Através de uma política de defesa cada vez mais integrada, a manutenção e, ao longo dos anos, até mesmo o aumento de tal número é uma opção realista, considerando o cenário global como um todo e o potencial das forças militares da Europa (Biscop, 2016).

A fim de garantir a continuidade das ações expedicionárias europeias, que tinham sido lideradas por esforços franco-britânicos até o Brexit, o eixo franco-alemão se torna essencial. Dessa forma, a França, com uma estratégia militar global e com a experiência de um alto ritmo operacional, precisa reinvestir na União Europeia e a Alemanha precisa continuar liderando as ações nas vizinhanças ao leste e ao sul, assim como apoiar sua diplomacia com um papel, também, militar. Simultaneamente, uma vez que a estabilidade da Europa e do seu entorno continuará sendo de interesse do Reino Unido, é bastante provável que ele se junte às operações lançadas pela UE (Biscop, 2016).

Considerando que agora Bruxelas tem a responsabilidade de tomar a iniciativa para lidar com os problemas securitários no sul - visto que Washington deixou claro que, apesar de garantir o seu apoio, não tomará mais a liderança no lugar da União Europeia - a cooperação entre os membros do bloco se torna ainda mais importante. Com o objetivo de assegurar a dimensão industrial da defesa e da autonomia estratégica, uma indústria de segurança europeia, capaz de desenvolver e produzir todos os equipamentos necessários, é crucial (Biscop, 2016).

Apesar do Reino Unido nunca ter sido um integrante entusiasmado dos projetos realizados pela UE, pode ser de seu interesse militar participar do desenvolvimento e produção de facilitadores europeus. Nesse sentido, torna-se interessante a negociação de acordos específicos com o bloco para garantir sua participação em alguns projetos e, em troca, ajudar a União Europeia a torná-los economicamente viável (Biscop, 2016). Além disso, seria benéfico para Londres buscar proximidade com a política externa da UE e com a implementação, como um todo, da *EUGS*:

For if Britain takes part in operations but not in the foreign policy that determines why operations are undertaken in the first place, its role will be like that of Australia and New Zealand in NATO: a very reliable troop contributor – with little or no voice in strategy (Biscop, 2016).

Tudo isso, no entanto, depende de quanto e como será o acesso britânico ao mercado comum. O voto para a saída da Grã-Bretanha da União Europeia não foi motivado pelo interesse de prejudicar a segurança do bloco e, com a participação britânica, a autonomia estratégica da região é possível. Se a primeira for pragmática e estiver disposta a se associar com instituições da UE para participar da cooperação multinacional, os objetivos de defesa podem ser mais facilmente alcançados. Porém, caso a decisão britânica seja de não se engajar nesse esforço, se tornará claro que pouco pode ser feito sem o multilateralismo europeu e, em algumas áreas, nem os Estados Unidos e nem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assumirá a liderança. A posição em que se encontra o Reino Unido portanto, é mais desfavorável do que a do resto dos Estados membros da União Europeia, uma vez que, para estes, a ausência britânica seria um grande obstáculo para a defesa militar europeia, mas não significaria o seu fim (Biscop, 2016).

II III. Influência Internacional

Partindo para a esfera política das consequências do Brexit, espera-se que a Europa tenha menos influência no sistema internacional sem a participação da Grã-Bretanha e, ao mesmo tempo, há uma tendência de maior aproximação em direção aos Estados Unidos. Nota-se, também, que a ausência do Reino Unido enfraquece a posição da União Europeia perante à Rússia, fazendo com que a Alemanha se fortaleça ainda mais como líder do bloco. Nesse sentido, sem a voz britânica para equilibrar o posicionamento alemão, a UE tende a se assemelhar mais com a Zona do Euro, na qual Berlim possui o maior poder e, consequentemente, uma maior influência (CEBRI, 2017).

Já no que tange à esfera econômica, a UE-27 tende ter uma menor influência nas dinâmicas de negociações do G20 e da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo uma posição menos liberal quando comparada à do cenário pré-Brexit. Por outro lado, um ponto a ser levado em conta é que, ao considerar que a economia do Reino Unido é muito mais dependente da parceria comercial com os 27 Estados-membros restantes do que eles são dependentes do mercado britânico, verifica-se que há uma situação de assimetria entre as partes, o que prejudica as autoridades da Grã-Bretanha no momento de negociar com a União Europeia (CEBRI, 2017).

Além disso, a Irlanda é um ator bastante relevante a ser considerado nesse contexto, visto que, por possuir uma forte e próxima relação comercial com o Reino Unido, será afetado diretamente. A Grã-Bretanha havia se consolidado como parceira da Irlanda em diversos

âmbitos na União Europeia, assim como uma grande importadora dos bens e produtos irlandeses - sendo que as exportações da Irlanda para o Reino Unido tinham um forte peso sobre o PIB do país, maior do que o constatado na maioria dos outros países da UE. Assim, por serem dependentes desse mercado, algumas empresas cogitam movimentar parte de suas operações para o território britânico. Em contrapartida, e representando a única vantagem do Brexit para a Irlanda, algumas empresas britânicas estão indo para o Estado vizinho, a fim de garantir a permanência dentro do mercado único. Por fim, um outro impacto negativo é a restituição da barreira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, o que pode fragilizar a convivência entre os países que tinham alcançado um maior grau de integração graças à unidade no bloco europeu (CEBRI, 2017).

II.IV. A economia

Ao se analisar os possíveis efeitos do Brexit na economia britânica, percebe-se que existem muitas variáveis envolvidas e, conseqüentemente, diferentes cenários possíveis. Um estudo conduzido por Rabobank (Erken et al, 2017) destacou os efeitos dinâmicos da inovação, da competição, do conhecimento e do capital humano nas estruturas econômicas do Reino Unido e da Europa. Assim, as conseqüências do Brexit, a longo prazo, tendem a ser mais severas nesta pesquisa do que em outras que não consideram tais elementos.

Cogitou-se três situações: (I) um “*Soft Brexit*”, no qual o Reino Unido permaneceria como integrante pleno do Mercado Único Europeu, porém sai da União Aduaneira, de forma que os custos comerciais sejam decorrentes apenas de barreiras não-tarifárias; (II) um acordo de livre comércio (FTA, em inglês) é negociado entre as partes, de modo que os produtos continuariam a não terem taxaço, mas os serviços não poderiam mais circular livremente, causando um aumento nas barreiras não-tarifárias maior do que no primeiro cenário e (III) um “*Hard Brexit*”, no qual o Reino Unido deixaria a União Europeia sem nenhum acordo comercial e eles passariam a utilizar os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) como a base para o comércio, assumindo que o governo britânico fosse capaz de copiar os esquemas da UE na OMC para tarifas e cotas (Erken et al, 2017).

A fim de aprofundar um pouco mais o último cenário descrito, é necessário considerar que, sem um FTA ou outros tipos de acordos comerciais com a União Europeia, o comércio entre o Reino Unido e o bloco, além de ter ficado sujeito às tarifas de cerca de 5,5% em todos os bens, passaria por novas checagens e inspeções nas fronteiras. Adicionalmente, a Grã-Bretanha teria que aplicar suas próprias tarifas nos 9.000-10.000 produtos ou escolher pela

replicação das tarifas da UE. Caso a decisão britânica fosse de aplicar taxas mais altas, haveria objeções por parte de outros membros da Organização Mundial do Comércio; entretanto, estabelecer taxas mais baixas poderia complicar as negociações do próprio Brexit (Chang, 2018).

Muitos exportadores do Reino Unido seriam prejudicados caso a tabela tarifária da OMC fosse aplicada na região, visto que causaria uma retração no volume de negócios, diminuindo o crescimento do PIB. Dessa forma, a procura por acordos de livre comércio com outros países poderia ser bastante benéfico, sobretudo ao levar em conta que é relativamente fácil lidar com os mais de 60 Estados que já possuem acordos especiais com a União Europeia, visto que os britânicos podem se embasar no que já foi acordado, sem precisar começar uma negociação do zero. Dessa forma, o Brexit também pode ter criado uma oportunidade para que a Grã-Bretanha converse com países que não têm FTAs com a UE, como a China, o Japão, a Nova Zelândia e o Brasil, mesmo que esses processos sejam trabalhosos e demorados (Chang, 2018).

Em vista desse cenário no qual o Reino Unido promove o comércio liberal com Estados de fora do bloco europeu, pode surgir, por parte da União Europeia, uma preocupação em perder parte de sua participação e relevância comercial. Ademais, pode existir um receio de que a Grã-Bretanha diminua os impostos e afrouxe as regulações comerciais para atrair Investimento Estrangeiro Direto (Kekic, 2017). Debate-se, porém, o quanto o governo britânico, após o Brexit, seria capaz de empurrar a liberalização do comércio em direção a um *free trade country* (Chang, 2018).

O Reino Unido é o maior provedor de serviços financeiros do mundo, com a maior participação em comércio de câmbio, em receitas de prêmios de seguros internacionais e em empréstimos bancários transfronteiriços (Djankov, 2017). Na ausência da negociação de um FTA e/ou novos acordos com a União Europeia, existe o risco de que as firmas financeiras saiam do território britânico, uma vez que o “*passporting*” *right* pode ser encerrado e as empresas baseadas na Grã-Bretanha não consigam fazer negócios diretamente com seus clientes nos países-membros da UE. Como consequência, algumas se mudariam para onde seus clientes estão ou até mesmo para jurisdições não europeias, como os Estados Unidos (Chang, 2018) e estima-se que, nessa conjuntura, cerca de 17%, simbolizando 1.8 trilhões de euros, de todos ativos bancários do Reino Unido seriam realocados (Sapir, Schoenmaker e Verón, 2017).

Se os 27 membros restantes recebessem os negócios britânicos como Estados e jurisprudências separadas, ao contrário de como um único mercado financeiro, haveria uma competição interna por tais bens. Nesse sentido, a União Europeia teria que criar um novo

conjunto de regulações financeiras para fortalecer sua união bancária e melhorar a supervisão do seu sistema financeiro (Chang, 2018).

Por fim, um setor bastante relevante a ser considerado quando se pensa nas consequências econômicas do Brexit é o da agricultura. A Grã-Bretanha é um importador de produtos agrícolas, grande parte das importações de alimentos vem da União Europeia e a maioria de suas exportações alimentares vão para o bloco, sobretudo em carnes (bovina, ovina e suína).

Caso a saída do Reino Unido da UE resultasse em maiores barreiras comerciais entre as partes, os agricultores britânicos enfrentariam maiores dificuldades, uma vez que, como Estado membro, ele recebia cerca de 60% de seus rendimentos agrícolas por meio dos subsídios da Política Agrícola Comum (CAP, em inglês). Em um cenário em que esses produtores deixariam de receber tal auxílio, muitas fazendas iriam colapsar e os preços da terra iriam cair. É interessante mencionar que a indústria agrícola depende fortemente de trabalhadores imigrantes, sendo que cerca de 22.000 pessoas originárias da União Europeia estavam empregadas neste setor em 2015, o que representava cerca de 20% da mão de obra. Fica evidente que o governo precisaria pensar em como resolver essa potencial falta de trabalhadores migrantes caso as políticas de imigração sejam enrijecidas (Chang, 2018).

Além de definir suas próprias tarifas de importação, a Grã-Bretanha precisará conseguir da OMC o direito de oferecer qualquer subsídio agrícola que distorça o comércio e precisará eliminar sua parcela de quaisquer cotas de importação isenta de impostos acordadas pela UE. Um exemplo diz respeito à Nova Zelândia: a União Europeia tem o compromisso de importar, anualmente, 230.000 toneladas métricas de cordeiro, das quais o Reino Unido compartilhava cerca de metade. Nesse sentido, surgiu o questionamento se ele poderia continuar recebendo essa parcela da cota de isenção de impostos como parte de seu acordo para deixar o bloco e se a Nova Zelândia aceitaria tal acordo (Chang, 2018).

Os defensores do Brexit apontaram que a Política Agrícola Comum da União Europeia tem levado o setor a práticas maiores, mais industriais e mais prejudiciais ao meio ambiente, falhando em apoiar a diversidade agrícola e direcionando pagamentos para os proprietários de terra mais ricos do Reino Unido. Mais além, eles argumentaram que a saída da UE pode dar uma oportunidade única à Grã-Bretanha de construir um setor agrícola mais competitivo e que melhor favorece os produtores e trabalhadores rurais, com uma menor dependência em subsídios distorcivos. Dessa forma, eles sugeriram que o governo deveria agir para proteger o ambiente rural, adotar um sistema altamente específico de transferências diretas, garantir o bem-estar animal, impulsionar o treinamento e as habilidades no espaço de trabalho, investir

em projetos de pesquisa e desenvolvimento que aumentam a produtividade e construir sistemas de proteção contra desastres (naturais e causados pelo homem) mais efetivos e confiáveis (Chang, 2018).

II.V. A imigração

O último tema, e que se mostra extremamente relevante, a ser analisado quando se pensa nas consequências da saída da União Europeia para o Reino Unido é o fluxo migratório e o seu impacto na economia. De acordo com Portes (2022), a imigração foi central para a política do Brexit, mas foi deixada um pouco de lado na discussão pré-referendo, sobretudo em relação a qual seria o reflexo na economia. A escolha britânica foi frequentemente definida por um *trade-off* entre os custos de aumentar as barreiras comerciais com a UE-27 e os benefícios políticos de acabar com a livre circulação e restaurar o controle sobre a entrada de pessoas. Nota-se, curiosamente, que desde o referendo, a imigração se tornou menos problemática e a opinião pública em relação a ela ficou mais positiva (Runge, 2019). Entretanto, os efeitos econômicos estão mais aparentes, uma vez que houve uma queda das migrações vindas da UE e, devido a pandemia do Covid-19, muitos imigrantes voltaram para os seus países.

O cenário britânico pré-Brexit era marcado por uma forte entrada e presença de indivíduos de outros países do bloco, sendo que aproximadamente 1 a cada 5 cidadãos da União Europeia que migraram dentro de suas fronteiras moram na Grã-Bretanha (Office for National Statistics, 2020). Tal número pode ser explicado por diversos fatores, como: a decisão do Reino Unido de abrir o mercado de trabalho imediatamente para os novos Estados-membros em 2004; o dinamismo e a flexibilidade do mercado de trabalho; o apelo de Londres, o inglês como idioma oficial e a qualidade das universidades do país (Portes, 2022).

Já no final de 2019, a migração líquida vinda da UE havia apresentado uma leve diminuição, provavelmente por conta da queda da Libra - o que reduziu os valores relativos dos salários na Grã-Bretanha quando comparados aos dos países de origem - e dos impactos psicológicos do próprio Brexit nos entrantes. Simultaneamente, houve um aumento considerável na imigração de fora da União Europeia, o que refletiu, em parte, as pressões do mercado. Como a redução da migração europeia para fins laborais causou escassez de mão de obra em alguns setores, os vácuos foram preenchidos por migrantes que vieram de países que não fazem parte do bloco. No entanto, ficou claro que a importância dos cidadãos da UE para a economia britânica é ainda maior do que se pensava (Portes, 2022).

Entrando em 2020 e com a crise causada pela pandemia do coronavírus, houve uma queda considerável (cerca de um milhão entre o último trimestre de 2019 e o último trimestre de 2020) no número de *non-UK-born people* morando no país, sobretudo por causa da diminuição na quantidade de trabalhadores com origem na União Europeia. Tendo em vista que os migrantes, especialmente da Europa, são desproporcionalmente prováveis a trabalharem no setor da hospitalidade e outros que precisam de contato físico/proximidade, em decorrência dos impactos sociais do Covid-19, eles também foram os mais afetados pelos desligamentos e demissões. Além disso, a maioria das universidades se adaptaram às aulas online e, com isso, muitos estudantes estrangeiros decidiram não ir ou não voltar para o Reino Unido. Como o desempenho britânico, em termos econômicos e sanitários, foi relativamente mal durante a primeira onda da pandemia, a escolha para os cidadãos da Europa central, oriental e sul-oriental foi entre voltar para suas casas - com suas famílias, menores custos e menores chances de contrair a doença - ou ficar na Grã-Bretanha - com maiores custos, menos dinheiro e, alguns casos, sem emprego (Portes, 2022).

Foi considerando tal cenário que o governo britânico introduziu o novo sistema de imigração, pós-Brexit, que tem como objetivo torná-la mais diversa - em termos geográficos - e mais seletiva - em termos do nível de qualificação necessária. Nesse sentido, percebe-se que ele representa um forte aperto nos controles dos fluxos migratórios da UE quando comparado à livre circulação, visto que aqueles que vêm para trabalhar em ocupações que não precisam de altas qualificações e/ou apresentam uma baixa remuneração, à princípio, não conseguem mais entrar. Ademais, mesmo os que cumprem os critérios de renda e formação profissional precisam que os seus empregadores solicitem a entrada, paguem altas taxas e, como já era o caso para imigrantes de fora do bloco, eles têm menos direitos. Assim, o novo sistema rebalança uma dinâmica, que era basicamente *laissez-faire* para os Europeus e restritiva para não-Europeus, para um método que, pelo menos no papel, têm critérios uniformes e transparentes (Portes, 2022).

O novo sistema, portanto, provavelmente causará uma diminuição na imigração com origem na União Europeia - na ordem dos 60.000 por ano - e um pequeno aumento na imigração de fora do bloco. Dessa forma, espera-se que haja uma queda no PIB, porém, devido à perspectiva mais liberal em relação à imigração não-Europeia, leves impactos no PIB per capita (Portes, 2022).

Verifica-se, também, que a decisão do governo de oferecer entrada, e eventualmente cidadania, para aproximadamente 3 milhões de *British National Overseas passport-holders* de Hong Kong e seus dependentes gera mais incerteza sobre o futuro. Mesmo a expectativa

conservadora, que considera somente que esses potenciais imigrantes estão em idade produtiva, é de impactos positivos - quando se considera, também, que eles provavelmente receberam uma boa educação, têm habilidades profissionais e falam inglês, a possibilidade fica ainda mais atrativa. Caso o número de entrantes originários de Hong Kong exceda as expectativas, as consequências econômicas têm altas chances de serem positivas; entretanto, se o governo falhar em prover como necessário, os efeitos políticos e sociais podem ser negativos (Portes, 2022).

A fim de pensar no impacto econômico geral que mudanças nos níveis migratórios têm no Reino Unido, os temas de produtividade e investimento em capital humano são relevantes. O estudo conduzido por Costas-Fernández (2018) encontra que imigrantes, em ocupações que demandam tanto altas quanto baixas qualificações e habilidades são mais produtivos do que seus homólogos britânicos. Em vista disso, e considerando que a imigração tem um grande impacto no aumento da produtividade, Portes (2022) menciona que há uma expectativa de que o novo sistema reduza os fluxos migratórios e, de acordo com o *Migration Advisory Committee* (2020), caso isso resulte em um impacto na produtividade, este efeito é bastante relevante e pode pesar mais do que muitos dos outros impactos.

Uma política de fronteiras abertas seria uma alternativa puramente liberal para maximizar os benefícios da imigração; entretanto, isto não é possível por motivos políticos, culturais e sociais. Por isso, o controle salarial é o segundo melhor mecanismo, visto que ele coloca o mercado como responsável pelo processo de seleção ele escolhe aqueles com o maior impacto direto na produtividade, como mensurado pelo salário. Dessa forma, por evitar que políticos ou burocratas tivessem que escolher os vencedores, compreende-se porque as autoridades do Migration Advisory Committee, dominado por economistas do mercado, escolheram por tal dinâmica (Portes, 2022).

Era frequentemente dito que a livre circulação, por facilitar a entrada de cidadãos Europeus que ocupavam vagas de baixa remuneração na Grã-Bretanha, reduzia os salários para trabalhadores britânicos que se encontram na mesma posição; logo, acabar com tal liberdade aumentaria os salários destes. No entanto, Portes (2022) aponta que qualquer impacto positivo, vindo da recolocação de barreiras, na remuneração de trabalhadores de classes mais baixas será superado pelo efeito macroeconômico negativo que a mesma terá no crescimento da economia, na produtividade e, como consequência, nos salários reais.

Uma vez que aqueles que saíram do Reino Unido não retornarão e considerando que o novo sistema afeta a habilidade ou a disposição para que novos migrantes entrem no país, a oferta de mão de obra será reduzida. Caso ela fique abaixo da demanda, algumas possibilidades surgem: uma maior empregabilidade para trabalhadores britânicos; maiores salários (e,

consequentemente, maiores preços), maior produtividade ou menor produção/menos negócios. As evidências empíricas sugerem que os efeitos principais serão de um maior desemprego generalizado e uma menor produção, juntamente com um pequeno aumento nos salários relativos dos trabalhadores dos setores mais afetados e nenhum aumento compensatório na produtividade (Portes, 2022).

Ao analisar todos esses pontos, nota-se que essa nova política migratória do Reino Unido, que coloca nas mãos do mercado a responsabilidade de se adaptar, não é exatamente compatível com a estratégia econômica geral do governo, que está distante de ter uma abordagem puramente de livre mercado. Em realidade, ela é caracterizada por uma agenda que tem como objetivo, em primeiro lugar, lidar com desigualdades regionais e espaciais, sobretudo nas áreas que se sentiram “deixadas para trás” pela globalização e prejudicadas pela imigração (Portes, 2022). Como mencionado na primeira seção do presente trabalho, sabe-se que esta foi a parcela da população responsável pela grande maioria dos votos a favor da saída do Reino Unido da União Europeia (Curtice, 2017; Doane, 2016).

Em segundo lugar, a agenda é marcada por uma visão de que o futuro econômico da Grã-Bretanha vai ser motivado pelo seu sucesso em aproveitar as oportunidades comerciais vindas da ciência e da tecnologia. Já em terceiro e último lugar, ela se mostra comprometida ao ‘*net zero*’, que dependerá de uma forte intervenção estatal através de setores chave da economia. Percebe-se que todas essas frentes dependem de políticas ativas, de um ‘estado desenvolvimentista’, o que não condiz com um sistema de imigração que é deliberadamente neutro entre setores e ocupações e que, por se basear no salário como critério primário, tende a favorecer os setores e regiões onde as remunerações já são maiores e, portanto, já se beneficiam ao máximo. Nesse sentido, é possível que o novo sistema aumente os desequilíbrios entre os locais onde os migrantes estão dentro do Reino Unido (Portes, 2022).

A fim de minimizar os possíveis efeitos negativos, algumas medidas relativamente fáceis e que não demandam alterações no sistema podem ser tomadas. O governo já flexibilizou algumas restrições que desencorajavam pessoas que haviam contribuído durante anos para o governo britânico a tornarem o Reino Unido seu país de moradia permanente. Outras possíveis mudanças incluem a redução de taxas de migração, o fim da dupla taxação do chamado *NHS surcharge* e uma abordagem humana nas operações na supervisão do sistema de imigração. Tais medidas ajudariam a Grã-Bretanha a não perder os trabalhadores que são essenciais para a restauração econômica depois da pandemia do coronavírus (Portes, 2022).

Ademais, seria interessante para o governo britânico reavaliar como o sistema de imigração se alinha com seus objetivos gerais. Conforme questiona Portes (2022):

Which sectors are the priority, from social care to science, and does or should a salary-based scheme take account of that? What regional or national flexibility would spread the benefits of migration outside London, and who decides? Is there a case for varying the criteria so as to encourage skilled migrants to locate in localities which arguably ‘need’ them more than London? How do you adjust the system—which, inevitably, will be very far from perfect initially—quickly and flexibly without falling into the central planning trap? In an uncertain economic and political environment after Brexit and Covid-19, joining up migration policy with its broader economic strategy will be a major policy challenge for the UK—but also, with new-found policy flexibility and unprecedented political space, a major opportunity.

II. VI. O Acordo de Comércio e Cooperação

A fim de finalizar a segunda seção deste trabalho, que apresentou o que se esperava como consequências do Brexit, sendo que alguns dos argumentos foram propostos por seus autores em um momento em que o novo acordo ainda não tinha sido firmado, torna-se necessário mencionar o que foi visto depois de sua negociação e como ele pode definir o futuro. O Acordo de Comércio e Cooperação (TCA, em inglês) é baseado nos três pilares de comércio, cooperação e governança, sendo que não engloba temas de política externa e de defesa. Em 1 de Janeiro de 2021, quando este entrou em vigor, o Reino Unido deixou de fazer parte da união aduaneira e do mercado único da União Europeia; no entanto, é importante considerar o fato de que ele ainda não foi implementado totalmente e, como será mencionado aqui, o porquê disso.

Um dos fatores de grande preocupação era o impacto que o Brexit teria nas relações entre a Irlanda do Norte - integrante do Reino Unido - e a República da Irlanda, membro da União Europeia. O novo acordo permite que a primeira adote regulações alfandegárias da UE, para que não haja uma barreira dura entre os dois países vizinhos. Entretanto, a livre circulação entre a Grã-Bretanha e o bloco europeu foi encerrada, o que torna necessário que os cidadãos originários de países da União Europeia tenham os documentos necessários do governo britânico que os permitem ficar (Amadeo, 2022).

Ao analisar as consequências, que já começaram a se tornar evidentes, do novo rumo tomado pelo Reino Unido, uma pesquisa realizada pela Resolution Foundation e pela London School of Economics (LSE) mostra que o Brexit não teve o efeito esperado de reduzir as exportações para a União Europeia; entretanto, ele reduziu a abertura e competitividade da economia britânica, o que aponta para uma redução de produtividade e de salários na próxima

década. Ademais, o estudo relembra que o resultado imediato do referendo foi claro, com um pico inflacionário causada pela depreciação, que aumentou os custos de vida e diminuiu os investimentos em negócios.

Os padrões de comércio não responderam até a introdução do TCA e, como esta coincidiu com a pandemia, é mais difícil mensurar qual foi o seu impacto inicial. Porém, a pesquisa argumenta que a queda brusca da abertura comercial (medida pelo comércio total como parcela do PIB) vivida desde 2019 pela Grã-Bretanha não é explicada pelas mudanças nos padrões do comércio global durante a crise sanitária e suas medidas de restrição. Enquanto a redução sentida pelo Reino Unido foi de 8 pontos percentuais, a França - que possui um perfil parecido com o britânico - sofreu uma queda de apenas 2 pontos percentuais no mesmo período. Mais além, verifica-se que o Reino Unido perdeu participação no mercado em três de seus maiores importadores de bens de fora da UE: Estados Unidos, Canadá e Japão.

O efeito completo do Acordo de Comércio e Cooperação só será sentido daqui muitos anos; no entanto, os pesquisadores da Resolution Foundation e da LSE apontam que essa guinada em direção a uma economia mais fechada tornará a Grã-Bretanha menos competitiva, com uma redução na produtividade laboral estimada em 1,3% até o final da década, considerando apenas as mudanças nas regras comerciais. Consequentemente, espera-se que o crescimento dos salários seja mais fraco do que no cenário de permanência na União Europeia.

Segundo o estudo, este cenário atingirá alguns setores de forma mais agressiva do que outros, com destaque negativo para a indústria da pesca, com um declínio produtivo previsto de 30%, e para a manufatura de equipamentos elétricos, que depende fortemente de cadeias de fornecimento transfronteiriças. Em contrapartida, espera-se que o cenário pós-Brexit seja marcado por um crescimento na produção de alimentos e por uma manutenção, em geral, da estrutura econômica britânica.

Vale ressaltar que o diferente grau de impacto do Brexit em diferentes setores também significa que seus efeitos serão sentidos de maneiras diferentes nas regiões do Reino Unido. Ao passo que a pesquisa supõe um baque mais forte no Nordeste, uma vez que as empresas são especialmente dependentes das exportações para a União Europeia, há uma previsão de que o Leste da Inglaterra - que possui grande parte das indústrias manufatureiras e alimentícias - e a Escócia irão apresentar uma melhor performance.

Outro fator, mencionado anteriormente como um possível risco do Brexit, e que já pode ser observado no curto período de tempo desde que o Acordo de Comércio e Cooperação passou a valer é que empresas internacionais estão menos suscetíveis a utilizarem Londres como o portal de entrada, por meio do inglês, na economia da União Europeia. Nota-se que o

Barclays moveu 5.000 clientes para sua subsidiária irlandesa, o Goldman Sachs, o JP Morgan e o Morgan Stanley moveram 10% de seus cliente e o Bank of America transferiu 100 banqueiros para seu escritório em Dublin e 400 para uma unidade corretora em Paris (Amadeo, 2022).

Em suma, o Acordo é bastante básico e negativo para o Reino Unido, sendo que a fala do *Member of Parliament* Jacob Rees-Mogg de que o povo deveria comemorar o atraso do governo em aplicar as devidas vigilâncias sobre as importações nas fronteiras britânicas após o Brexit, uma vez que tal controle “*would have been an act of self-harm*”, explicita o quanto a mera aplicação do TCA é prejudicial e, portanto, inviável para a Grã-Bretanha. Freedland (2022) argumenta que ao analisar o cenário atual, podemos simpatizar com o forte descontentamento dos agricultores britânicos que, em decorrência do Brexit, ficaram em grande desvantagem: ao passo que eles enfrentam altos gastos para enviar seus produtos para o continente, seus homólogos franceses, italianos ou espanhóis não têm as mesmas barreiras. Nesse mesmo sentido, também podemos nos preocupar com o alerta da *British Veterinary Association* de que a falta de supervisão nas importações alimentícias deixa o Reino Unido exposto a doenças animais catastróficas - risco que estava consideravelmente reduzido quando a região fazia parte do integrado e responsivo sistema de vigilância da União Europeia.

Ao observar o significado completo da fala de Rees-Mogg, que atuou na campanha a favor do Brexit, nota-se uma profunda oposição entre o que ele e seus companheiros defenderam em 2016 - o benefício que a imposição de barreiras entre o Reino Unido e a União Europeia traria para os britânicos, a liberdade que eles teriam de implementarem seus próprios padrões alimentares - e o que ele admite agora: que erguer tais barreiras torna os alimentos mais caros e coloca em risco a sobrevivência dos agricultores locais. Existe, portanto, uma grande ironia ao ouvir o político declarar que o livre comércio é benéfico para os consumidores após ele e sua coalizão terem tirado o Reino Unido do maior e mais bem-sucedido bloco de livre comércio do mundo (Freedland, 2022).

Já no que tange às consequências sentidas pela União Europeia, é inegável que, por ser uma decisão contra a globalização, o Brexit enfraqueceu as forças que favorecem a integração. Os casos da França e da Alemanha se mostram bastante relevantes nesse contexto, uma vez que os membros de partidos da extrema direita e contrários à imigração são particularmente contra a UE nestes países. Caso eles cheguem a ganhar apoio suficiente, eles podem forçar um voto contra a participação no bloco europeu e, se alguns dos dois saísse, a União Europeia perderia economias robustas extremamente importantes para o seu funcionamento, correndo o risco de se dissolver (Amadeo, 2022). De forma mais otimista, entretanto, uma pesquisa do

Pew Research Center (2019) mostra que a maioria dos cidadãos europeus ainda apoiam fortemente a União, sendo que quase 75% acredita que ela promove a paz e 55% acredita que ela apoia a prosperidade.

CONCLUSÃO

Em vista de tudo que foi exposto acima, conclui-se que o Brexit foi um processo extremamente complexo e relevante para o continente europeu e para a ordem multilateral. A falta de identidade europeia na sociedade britânica, as circunstâncias econômicas difíceis vividas desde o final da década 2000 e a oposição à imigração deram força à campanha *Leave* e podem ser entendidas como fatores que levaram à saída do Reino Unido da UE. Entretanto, mais do que isso, o voto pela retirada foi uma resposta da população, sobretudo mais velha e menos qualificada, que se viu deixada para trás pelo processo de globalização e pelo comércio liberal.

No que diz respeito às consequências, estas serão sentidas e evidenciadas ainda mais no futuro, sendo que a economia, a defesa e as políticas, sobretudo as de migração, continuarão tendo destaque. A hipótese inicial apresentada na introdução, de que os impactos seriam sentidos de maneira mais negativa e mais aguda no Reino Unido do que na União Europeia, se mostrou verdadeira. Quando se pesquisa o que a academia pensou e pensa como efeitos do Brexit, fica claro que se fala muito mais sobre o que está em jogo para os britânicos do que para a UE, uma vez que os primeiros correm o risco, sobretudo, de terem uma economia mais fechada, menos competitiva, com menores salários e menor produtividade nos próximos anos. Durante a campanha, não foi discutido o que o Brexit significaria na prática e, de acordo com o que foi visto até o momento, a tentativa de simplificar o complexo problema da relação entre o Reino Unido e a União Europeia levou o primeiro para um caminho de resultados desastrosos.

Enquanto isso, por mais que enfrente desafios na esfera securitária, Bruxelas ainda tem uma estrutura razoavelmente sólida com 27 Estados-membros. No entanto, o desempenho do Reino Unido nos próximos anos influenciará fortemente a opinião pública dos integrantes do bloco europeu e, caso os britânicos se mostrem bem-sucedidos após a saída, apesar de este cenário ser bastante improvável, existe um risco de que o apoio à membresia diminua e, em casos extremos e menos prováveis, que outros países saiam da UE. Além disso, ressalta-se que um forte recado foi dado para a União Europeia e para a ordem liberal como todo: muitos foram deixados para trás e estão insatisfeitos com o que a globalização lhes trouxe. Assim, a fim de evitar que outros movimentos similares aconteçam, torna-se necessário que as instituições

multilaterais pensem em como podem se adaptar, se reestruturar e garantir que seus benefícios sejam evidentes para todos.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Kimberly. What was Brexit, and How Did It Impact the UK, the EU, and the US? **The Balance**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.thebalancemoney.com/brexit-consequences-4062999>. Acesso em: 19 out. 2022.

ANDERSON, Christopher; REICHERT, M. Shawn. Economic Benefits and Support for Membership in the EU: A Cross-National Analysis. **Journal of Public Policy**, v. 15, n. 3, p. 231–49, 1996.

ARNOLD, Martin; BINHAM, Caroline. UK financial sector targets Swiss-style deal for EU market access. **Financial Times**, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5cebe746-655a-11e6-8310-ecf0bddad227>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BISCOP, Sven. All or Nothing? European and British Strategic Autonomy After the Brexit. **Egmont Paper**, n. 87, p. 2-21, 2016.

BISCOP, Sven. The EU and Multilateralism in an Age of Great Powers, **Multilateralism in a Changing World Order**, Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 39–47, 2018.

CAREY, Sean. Undivided Loyalties: Is National Identity an Obstacle to European Integration?, **European Union Politics**, v. 3, n. 4, p. 387–413, 2002.

CARRUBBA, Clifford J. Net Financial Transfers in the European Union: Who Gets What and Why?, **Journal of Politics**, v. 59, n. 2, p. 469–96, 1997.

CHANG, Winston W. Brexit and its economic consequences. **The World Economy**. p. 1-25. 2018.

COSTAS-FERNÁNDEZ, Julián. Examining the Link between Migration and Productivity, **Report for the Migration Advisory Committee**, Migration Advisory Committee. 2018.

CURTICE, John. Why Leave Won the UK's EU Referendum. **Journal of Common Market Studies**, p. 1-19, 2017.

DJANKOV, Simeon. The City of London after Brexit. **Peterson Institute for International Economics**. Policy Brief, n. 17-9, Fev. 2017. Disponível em: <https://www.piie.com/publications/policy-briefs/city-london-after-brexit>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DOANE, Deborah. Brexit was a backlash against globalisation - the poorest are being left behind everywhere. **The Guardian**, 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/jun/26/brexit->

[was-a-backlash-against-globalisation-the-poorest-are-being-left-behind-everywhere](#). Acesso em: 05 out. 2022.

ERKEN, Hugo *et al.* The permanent damage of Brexit. **Rabobank**, 12 out. 2017. Disponível em: <https://economics.rabobank.com/publications/2017/October/the-permanent-damage-of-brexit>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ERKEN, Hugo *et al.* Assessing the economic impact of Brexit: Background report. **Rabobank**, 12 out. 2017. Disponível em: <https://economics.rabobank.com/publications/2017/October/assessing-economic-impact-brexit-background-report/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

FREEDLAND, Jonathan. Jacob Rees-Mogg has given the game away - even this government knows Brexit is a disaster. **The Guardian**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/apr/29/jacob-rees-mogg-brexit-disaster-leaving-eu-boris-johnson>. Acesso em: 10/01/2023.

GABEL, Matthew J. Interests and Integration: Market Liberalization, Public Opinion and the European Union, **Ann Arbor, MI: University of Michigan Press**, 1998.

GILES, Chris. Brexit in seven charts - The economic impact. **Financial Times**, 27 jun 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/0260242c-370b-11e6-9a05-82a9b15a8ee7>. Acesso em: 11 dez. 2022.

HOBOLT, Sara B. *et al.* The Brexit deterrent? How member state exit shapes public support for the European Union. **European Union Politics**, p. 1-20, 2021.

HOOGHE, Lisbeth; MARKS, Gary. A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus, **British Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 1–23, 2009.

J.J. WELFENS, Paul. Trump's Trade Policy, BREXIT, Corona Dynamics, EU Crisis and Declining Multilateralism, **International Economics and Economic Policy**, n. 17, p. 563-634, 2020.

KEKIC, Laza. FDI to the UK will remain robust post-Brexit. **Columbia University**. 2016. Columbia FDI Perspectives. Disponível em: <http://ccsi.columbia.edu/files/2016/10/No-195-Kekic-FINAL.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MCLAREN, LM. Public Support for the European Union: Cost-benefit Analysis or Perceived Cultural Threat?, **Journal of Politics**, v. 64, n. 2, p. 551–66, 2002.

MCLAREN, LM. Opposition to Integration and Fear of Loss of National Identity: Debunking a Basic Assumption Regarding Hostility to the Integration Project, **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 6, p. 895–912, 2004.

PETTIFOR, Ann. Brexit and its Consequences. **Globalizations**, v. 14, n.1, p. 127–132, 2016.

PORTES, Jonathan. Immigration and the UK economy after Brexit, **Oxford Review of Economic Policy**, v. 38. n. 1, p.82-96, 2022.

RUNGE, Johnny. Overview of UK Attitudes towards Immigration, **National Institute of Economic and Social Research**, 2019.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. The political basis of support for European integration. **European Union Politics**, p. 147–171, 2000.

SAPIR, André; SCHOENMAKER, Dirk; VÉRON, Nicolas. Making the best of Brexit for the EU-27 financial system. **Peterson Institute for International Economics**. Policy Brief , n. 17-8, Fev. 2017. Disponível em: <https://piie.com/system/files/documents/pb17-8.pdf>. Acesso em 11 dez. 2022.

SIDES, John; CITRIN, Jack. European Opinion about Immigration: The Role of Identities, Interests and Information, **British Journal of Political Science**, v. 37, n. 3, p. 477–504, 2007.

WIKE, Richard; FETTEROLF, Janell; FAGAN, Moira. Europeans Credit EU With Promoting Peace and Prosperity, but Say Brussels Is Out of Touch With Its Citizens. **Pew Research Center**, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2019/03/19/europeans-credit-eu-with-promoting-peace-and-prosperity-but-say-brussels-is-out-of-touch-with-its-citizens/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais. **Economia Europeia Pós Brexit e a questão Irlandesa**. Rio de Janeiro, 2017.

Points-based Systems and Salary Thresholds, **Migration Advisory Committee**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/migration-advisory-committee-mac-report-points-based-system-and-salary-thresholds>. Acesso em: 19 out. 2022.

Population by Country of Birth and Nationality, **Office for National Statistics**, 21 mai. de 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/releases/populationbycountryofbirthandnationality2019>. Acesso em: 19 out. 2022.

Resolution Foundation **Brexit has damaged Britain's competitiveness, and will make us poorer in the decade ahead**. Londres, 2022.